

EDITORIAL

Reflexões Críticas sobre a Ciência Jurídica Brasileira

A ciência jurídica brasileira enfrenta, na contemporaneidade, um dilema essencial: acompanhar as transformações sociais e tecnológicas sem se distanciar de seus princípios fundamentais. O Direito, enquanto mecanismo de regulação social e proteção de direitos, deve se mostrar sensível às novas demandas, mas sem perder sua racionalidade normativa. Nesta edição da **Revista Jurídica Ivaí**, reunimos artigos que abordam questões fundamentais do Direito brasileiro e internacional, revelando a importância da reflexão acadêmica para a evolução da jurisprudência e da legislação.

Ciência Jurídica e Desafios Contemporâneos

O debate jurídico atual é permeado por desafios tecnológicos, sociais e políticos que exigem dos operadores do Direito uma abordagem inovadora e crítica. A era digital impõe novos dilemas normativos, como a regulação das fake news e a proteção da liberdade de expressão. O artigo Crimes Informacionais e as Garantias da Liberdade de Expressão e Divulgação explora os limites jurídicos da disseminação de notícias falsas e os impactos no Estado Democrático de Direito. O estudo ressalta a necessidade de uma atuação estatal equilibrada entre o combate à desinformação e a preservação da liberdade de expressão.

Outro tema de relevância é a luta histórica pelo reconhecimento de direitos civis. O artigo O Voto Feminino como Direito Fundamental discute a trajetória do sufrágio feminino no Brasil e na Argentina, contextualizando suas conquistas dentro de movimentos políticos e sociais. O estudo questiona o caráter elitista das mobilizações iniciais, destacando como o voto feminino foi, em muitos casos, uma ferramenta política para manutenção do poder.

Direitos Humanos e Responsabilidade Estatal

O Direito Internacional tem se tornado um espaço cada vez mais relevante para a proteção de direitos fundamentais, especialmente em relação a violações cometidas pelo próprio Estado. O artigo Os Casos do Brasil sobre Direito de Propriedade Julgados pela Corte Interamericana de Direitos Humanos apresenta um levantamento detalhado de casos em que o Brasil foi condenado ou ainda enfrenta litígios sobre terras e direitos de comunidades

tradicionais. A pesquisa reforça a importância da jurisdição internacional na garantia de direitos que, muitas vezes, encontram resistência nos sistemas jurídicos internos.

Já na seara do Direito de Família e Bioética, a fertilização in vitro post mortem suscita discussões jurídicas complexas. O artigo Os Direitos Sucessórios do Embrião Nascido Mediante Reprodução Humana Assistida analisa os desafios legais envolvendo a herança de filhos concebidos após a morte de um dos genitores. Questões como reconhecimento da paternidade e direitos sucessórios são abordadas sob um viés crítico e inovador.

Reflexos da Pandemia e Acesso à Justiça

A pandemia da Covid-19 impôs uma série de mudanças estruturais ao sistema judiciário brasileiro. O artigo Reflexos da Pandemia para o Processo Penal examina a eficácia das audiências de custódia virtuais e seu impacto na garantia dos direitos fundamentais dos acusados. A pesquisa evidencia os desafios enfrentados na implementação desse modelo e questiona sua viabilidade a longo prazo, propondo uma análise crítica sobre os avanços e retrocessos no acesso à justiça.

Por fim, o artigo Acesso à Justiça de Mulheres em Situação de Violência Doméstica sob uma Perspectiva de Gênero destaca a dificuldade das mulheres vítimas de violência doméstica em obter assistência jurídica adequada. O estudo ressalta a necessidade de uma abordagem interseccional no tratamento dessas questões, sugerindo a adoção de protocolos específicos que garantam maior sensibilidade por parte do sistema judiciário.

Conclusão

A presente edição da **Revista Jurídica Ivaí** reflete a diversidade e a complexidade dos desafios enfrentados pelo Direito brasileiro e internacional. Os artigos aqui reunidos demonstram como a ciência jurídica deve estar atenta às novas demandas sociais, sem abdicar de sua função primordial de assegurar justiça e igualdade. Que esta publicação sirva como instrumento de reflexão e debate para acadêmicos, juristas e operadores do Direito comprometidos com a evolução da nossa sociedade.

Boa leitura!

Dr. Luiz Geraldo do Carmo Gomes
Editor Chefe